

EDUCAÇÃO INFANTIL E AVALIAÇÃO NA PRÉ-ESCOLA

Paula N. Teixeira¹; Irene da Silva Coelho²

¹ Mestranda UNIMES

² Prof.^a Dra. Orientadora

RESUMO

A educação infantil é um espaço de convivência coletiva em que as interações que ocorrem nesse ambiente devem ter sempre um caráter formador, baseado nos valores sociais que fazem parte da proposta pedagógica das escolas. Desta forma, as atitudes dos adultos no que concerne à cidadania, cooperação, respeito às diferenças e o cuidado com o outro, serão desenvolvidos e aprendidos por nossas crianças mediante a essas vivências. Nesse sentido, é que o professor desempenha um papel preponderante na vida do aluno, percebendo as dificuldades e potencialidades de cada um, para então dar o suporte necessário para que todos avancem no processo ensino-aprendizagem, respeitando as diferenças individuais. Mas é preciso de alguma forma avaliar os alunos. É objetivo desse artigo refletir e analisar a prática do professor por meio do registro não só as aprendizagens que está desenvolvendo com o grupo, mas também sobre as aprendizagens individuais que estão sendo conquistadas ao longo do processo. Por meio da revisão dos pressupostos teóricos da área da avaliação, da legislação sobre o assunto e da experiência desta docente e pesquisadora sobre o assunto, estão estruturadas essas reflexões. Essas reflexões apontam a necessidade de o professor ser capaz de tomar decisões pessoais e individuais, usar seus conhecimentos e suas vivências para desenvolver atividades pedagógicas contextuais que auxiliem seus alunos a chegar a esses objetivos, compreendendo as diferenças, estimulando a autoconfiança, que para que os alunos possam vislumbrar novas perspectivas, são alguns dos requisitos e sobretudo compromisso que o educador deve ter para melhorar a qualidade do ensino e também tornar o processo avaliativo mais reflexivo do que quantitativo, entendendo que o percurso e os avanços que cada aluno faz no processo de construção do conhecimento é relevante para sua formação global.

Palavras-chave: Educação Infantil; Avaliação; Aprendizagens.

EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND EVALUATION IN PRESCHOOL

SUMMARY

Early childhood education is a collective living space where interactions that occur in this environment should always have a trainer character, based on the social values that are part of the pedagogical proposal of schools. Thus, the attitudes of adults in relation to citizenship, cooperation, respect for differences and care for each other, will be developed and learned by our children through these experiences. In this sense, the teacher plays a leading role in the student's life, realizing the difficulties and potential of each one, and then provide the necessary support for all advance the teaching-learning process, respecting individual differences. But we need to somehow evaluate students. It is the aim of this

article reflect and analyze the practice of the teacher by recording not only the learning that is developing with the group, but also on the individual learning being achieved over the process. Through the review of the theoretical assumptions of the evaluation of the area of legislation on the subject and experience of this teacher and researcher on the subject, these reflections are structured. These considerations point to the need for the teacher to be able to take personal and individual decisions, use their knowledge and experiences to develop contextual educational activities that help their students reach these goals, understanding the differences, stimulating confidence, that for the students can envision new perspectives, are some of the requirements and above all commitment to the educator should be to improve the quality of education and also make it more reflective evaluation process than quantitative, understand that the route and the progress each student is in the process of construction of knowledge is relevant to their overall training.

Keywords: Early Childhood Education; Evaluation; Learning.

INTRODUÇÃO

No Brasil a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, definiram a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, que antecede o ensino fundamental, obrigatório, e o ensino médio.

Essa conquista foi muito importante para nossa sociedade, mas também abriu uma série de questões acerca da qualidade do ensino nessa etapa da educação, que foram sintetizadas no documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), com o intuito de fornecer um instrumento de apoio para que os educadores e comunidades pudessem compreender melhor que práticas educativas devem ser adotadas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e conseqüentemente construam uma sociedade mais democrática.

Acompanhar a criança em seu desenvolvimento exige um olhar teórico-reflexivo sobre seu contexto sociocultural e manifestações decorrentes do caráter evolutivo do seu pensamento Significa respeitá-la e gradativas conquistas de conhecimento em todas as áreas. (HOFFMANN, 2012, p. 9).

A educação infantil tornou-se atualmente fundamental para o processo de construção de conhecimentos que servirão como alicerce para os primeiros anos do Ensino Fundamental, que tem impacto direto com a relação professor-aluno-aprendizagem, que podem contribuir ou não para o sucesso desses alunos nos primeiros anos de sua escolarização, e podem favorecer sua permanência na escola ou ao contrário acelerar o

processo de evasão escolar, ainda muito presente em nosso país.

Portanto, esse olhar cuidadoso para com a educação infantil, surgiu da necessidade de promover através da qualidade de suas atividades um trabalho de conscientização da comunidade bem como de sua participação efetiva, para que os alunos permaneçam na escola e mais, percebam que é na escola que poderão desenvolver todas as suas potencialidades, levando-os a produzir ações que transformem e melhorem as condições socioeconômicas da própria família, conseqüentemente da sociedade na qual estão inseridos, como coloca Hoffmann (2012, p. 12): "...Oportunidades educativas de zero a seis anos são a garantia definitiva, irrefutável, de um futuro melhor e de uma vida mais digna para todas".

Para que isso ocorra é primordial saber o que avaliar e como avaliar o trabalho não só dos alunos, mas também das escolas de educação infantil, mais especificamente na Prefeitura Municipal de Santos, para que esses objetivos se concretizem.

"Avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões com a intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento" (HOFFMANN, 2012, p. 13)

Na Educação Infantil, essa prática não pode ser em caráter de aprovação e reprovação das crianças como no ensino regular, garantindo a todas o acesso ao Ensino Fundamental.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB no. 9394/96), deixa estabelecido que na Educação Infantil, a avaliação serve como acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, garantindo assim, que os abusos ocasionados na década de 70, que promoviam avaliações com o intuito de verificar o aprendizado dessas crianças, favorecendo ao anseios das famílias quanto ao ensino que era ministrado nas escolas perdesse sua força e não prejudicasse o desenvolvimento das crianças em sua totalidade, uma vez que classificando-as acabava por excluí-las do contexto escolar.

Portanto o professor que tem sua curiosidade focada no desenvolvimento dos seus alunos, nas capacidades e potencialidades destes para realizarem as tarefas que propõe, conseguirá realizar uma avaliação mais justa, não só dos alunos menores mas também dos alunos mais velhos, que reconheça as diversidades socioculturais, econômicas e sociais, favorecendo e ressaltando os avanços obtidos, criando um clima favorável de

aprendizagem, oportunizando a todos o aprender a aprender, essencial para a vida em sociedade, compreendendo que somos todos iguais, podendo o aprendiz se tornar o professor, e o professor se tornar o aprendiz, porque temos todos que estar sempre abertos e aptos a aprender a aprender.

A educação infantil, como afirmam os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009), é constituída por adultos e crianças, num espaço de convivência coletiva, na qual as interações que ocorrem nesse ambiente devem ter sempre um caráter formador, baseado nos valores sociais que fazem parte da proposta pedagógica das escolas. Desta forma, as atitudes dos adultos no que concerne à cidadania, cooperação, respeito às diferenças e o cuidado com o outro, serão desenvolvidos e aprendidos por nossas crianças mediante a essas vivências que experimentam especialmente com os professores, por estarem em contato direto com eles, muito embora isso não exima todos os adultos que compõem esse ambiente escolar de suas responsabilidades também nesse processo de desenvolvimento integral do aluno.

Vygotski, aponta que existem dois níveis de aprendizagem: o real (no qual o indivíduo realiza sozinho) e o potencial (no qual o indivíduo trabalha em grupo ou com a ajuda de um adulto). Para atingir sua potencialidade o indivíduo precisa trabalhar entre o nível real e o nível potencial, que é chamado de zona proximal.

Compreendendo que cada indivíduo tem seu tempo e ritmo de aprendizagem, essa ruptura e continuidade que ocorrem na zona proximal, irá se desenvolver dentro das possibilidades de cada um. Nesse sentido, é que o professor desempenha um papel preponderante na vida do aluno, percebendo as dificuldades e potencialidades de cada um, para então dar o suporte necessário para que todos avancem no processo ensino-aprendizagem, respeitando as diferenças individuais. Surge então uma questão:

Como avaliar seus alunos nesse contexto individual ao mesmo tempo que considera a interação no processo ensino-aprendizagem relevante?

Vê-se nesse contexto que não só o aluno deve ser avaliado como também o trabalho do professor que realiza e propõe as atividades para promover esse processo ensino-aprendizagem.

Sendo assim, a reflexão quanto a sua prática se torna essencial para verificar se os caminhos que tem desenvolvido junto aos alunos está conseguindo atingir os objetivos por

ele pretendido enquanto mediador desse conhecimento, bem como se seus alunos estão correspondendo a essas expectativas, para que possa mediante essa reflexão aprimorar o que está dando certo e corrigir pequenos erros que tenha percebido para que todos, mesmo que ao seu tempo, consigam atingir os objetivos propostos para as atividades que estão sendo desenvolvidas.

Para fazer essa reflexão e analisar sua prática é primordial que o professor registre não só as aprendizagens que está desenvolvendo com o grupo como também as aprendizagens que seus alunos individualmente estão conquistando ao longo do processo. A forma que cada professor utiliza para registrar e organizar seus registros não serão as mesmas, porque também os professores são seres individuais e cabe a cada um escolher a forma que melhor se adequa para fazer os registros, porém todos devem fazer os registros.

O que está em jogo, portanto, em termos dos registros em avaliação, é a consistência da memória do professor sobre cada aluno, que irá possibilitar ou não uma ação intencional e diferenciada sobre suas manifestações singulares de aprendizagem. Para isso é preciso fazer muitas anotações, arquivar exemplares de textos, de trabalhos e tarefas, reunir um conjunto de dados evolutivos e complementares acerca dos processos individuais que favoreçam decisões pedagógicas pertinentes. (HOFFMANN, 2010, p. 92)

Na Prefeitura Municipal de Santos, os relatórios das atividades de grupo e individuais são realizados na parte superior de forma objetiva, onde o professor assinala os pontos trabalhados colocando letras que correspondam as conquistas de cada aluno ou mesmo as que precisam ser melhoradas e uma outra parte que destina-se a um breve relatório descritivo, onde o professor consegue colocar alguns pontos fundamentais das conquistas individuais que cada aluno fez durante esse processo de ensino-aprendizagem.

Como coloca Hoffman (2010), os relatórios individuais permitem que o professor compreenda os caminhos que cada aluno percorreu para atingir os objetivos propostos, independentemente da idade que este tenha, além de propiciar a melhoria da ação educativa nas escolas e conseqüentemente da aprendizagem dos alunos, uma vez que esse método favorece a reflexão do professor e dá uma visão geral do que acontece no interior das salas de aula, que as "notas" nem sempre conseguem demonstrar.

Obviamente que os alunos precisam ter esse "feedback" para perceberem não só onde precisam melhorar, mas sobretudo mostrar as conquistas que já vem fazendo mediante

seu esforço e empenho nas atividades e que através da sua dedicação os resultados sempre podem ser melhorados e superados, na medida em que vai avançando e conquistando novos conhecimentos.

Na Educação Infantil, as atividades em sua maioria são trabalhadas no coletivo, que é fundamental para a interação entre o grupo e o professor. Esse trabalho coletivo, como Vygotsky apontou claramente, é essencial para que o aluno que não conseguiu sair da zona de desenvolvimento real, consiga através da intervenção e interação tanto do professor com os alunos, tanto com o objeto de conhecimento e o aluno ou mesmo entre os próprios alunos, atingir o seu nível de desenvolvimento potencial.

Por isso as atividades coletivas auxiliam os alunos através das discussões, dos pensamentos opostos, da prática em ouvir o outro nessa conquista de atingirem todos o seu nível de desenvolvimento potencial, uma vez que a mesma atividade proporciona aprendizagens diferenciadas a cada indivíduo.

Nessa perspectiva o professor deve interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, para provocar os avanços e desenvolvimento que não ocorreriam de forma espontânea, uma vez que o ensino e aprendizagem acontecem em ritmos diferentes para cada um. Para que isso ocorra, o professor precisa elaborar e realizar um planejamento e avaliação que considere essas trocas necessárias para a aprendizagem e o seu papel como mediador nesse processo de desafiar o aluno a atingir todas suas potencialidades.

Para Piaget (1970; 1977), desequilíbrio, conflito, reflexão, e resolução de problemas fazem parte do desenvolvimento da aprendizagem, e devido a flexibilidade do ambiente educacional da educação infantil, é possível para o professor mediar através de ferramentas e símbolos essas experiências dos alunos, em especial na Pré-escola, para que reflitam e pensem sobre suas ações, de diferentes pontos de vista, com a participação do grupo, evoluindo conseqüentemente nos planos moral e intelectual.

Da mesma forma Vygotsky (1988; 1993), também acredita que a mediação é fundamental para o desenvolvimento da criança, uma vez que o professor deve ter a percepção de enxergar as potencialidades cognitivas, além daquelas que a criança já sabe ou faz, para desafiá-la e provocá-la continuamente, para que esta consiga se superar na medida em que vai experimentando novas possibilidades de construir e desenvolver o conhecimento.

Tem termos da mediação, tanto Piaget quanto Vygotsky fundamentam o papel insubstituível do educador em termos de processos favorecedores à construção do conhecimento e defendem a importância da interação adulto/criança e criança/criança para o seu pleno desenvolvimento no plano moral e intelectual. (Hoffmann, p. 22)

Portanto, esse acompanhamento global do ensino, que favorece a aprendizagem e melhora consideravelmente a qualidade do ensino, está atrelado sobretudo a essa ação pedagógica mediadora, que parte da confiança mútua e recíproca do pensamento professor/aluno e que vai ampliando sua complexidade na medida em que as crianças vão adquirindo novos conceitos e avançando na sua formação escolar, até que se forme plenamente.

A avaliação e a formação do professor

Com a formação dos professores em âmbito nacional em declínio, tanto pelo número cada vez mais reduzidos de pessoas no HEM (Habilitação Específica para o Magistério), que acabava com o denominado “curso normal”, profissionalizando o aluno para lecionar nas séries iniciais do primeiro grau (Ensino Fundamental), como também o descontentamento relativo à desvalorização da profissão, criou-se um movimento no âmbito federal e estadual, que promoveram discussões de projetos de estudo, pesquisas e propostas de ação, denominadas “revitalização do ensino normal”, que propuseram medidas de reverter com o apoio do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais esse quadro.

Foi então, que o MEC destaca o projeto CEFAM (Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério), elaborado em 1982 pela antiga Coordenadoria do Ensino Regular de Segundo Grau do MEC e divulgado pelas Secretarias de Educação.

O cerne desses centros era atuar como polo disseminador e agente transformador das práticas educacionais através de cursos de aperfeiçoamento ou mesmo prestando assessoria pedagógica às outras escolas que também trabalhavam para a formação dos professores, implantado inicialmente em 1983, com o apoio técnico e financeiro do Ministério, no Rio Grande do Sul, Minas, Alagoas, Piauí, Pernambuco e Bahia, totalizando 55 centros. Só em 1987, com sua expansão e que mais nove estados passaram a fazer parte dessa organização: Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Paraíba,

Rio Grande do Norte, Pará, Goiás e São Paulo, atingindo 120 unidades, e só no estado de São Paulo, foram instalados 89 centros.

A carga horária composta por horas-aula, horas-atividades e horas de trabalho pedagógico, era de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, subsidiada pelo projeto “Bolsas de Trabalho para o Magistério”, com o intuito de garantir o tempo integral dos alunos e seu trabalho como monitor de ensino nas séries iniciais do ensino fundamental.

Esses centros atuavam no formato de projetos, enfatizando as abordagens interdisciplinares e a preocupação com o desenvolvimento integral do aluno, habilitando os professores para uma formação que atendesse qualitativamente seu grupo, para que os alunos pudessem através da apresentação do conteúdo sob a forma de situação/problema, usar a relação teoria/prática para solucioná-los, adquirindo dessa forma competências indispensáveis para sua autonomia e futura qualificação para o trabalho.

Por essa razão os centros deveriam estar integrados à comunidade, para que houvesse uma coparticipação no planejamento curricular, baseada nos interesses e necessidades mútuas entre escola/família/sociedade.

Contudo, como o MEC não deu continuidade ao projeto, as bolsas, passaram a ser financiadas em alguns estados, com os recursos do próprio governo. As atividades eram realizadas na seguinte ordem: quatro horas do período da tarde eram para sessão de estudos, pesquisas, reuniões, planejamento e habilitação plena do currículo atribuídas aos docentes, segundo as normas da Secretaria da Educação. Passado, dois anos de escola, dava-se início ao processo de estágio para às escolas que tivessem aberto espaço para receber esses alunos.

Embora a ideia fosse promover o aperfeiçoamento dos professores e a educação continuada de forma geral, muitos centros não conseguiram êxito nessas perspectivas, assim como também não houve nenhum interesse político em aproveitar esses alunos no ingresso nas redes públicas.

Foi então que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, permitiu que as Escolas que oferecessem a Habilitação Específica para o Magistério, nos termos da deliberação 30/87, pudessem continuar a fazê-lo, muito embora a LDB prever que essa formação docente para o exercício do magistério na educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental, fosse preferencialmente feita em nível superior, com

licenciatura ou graduação plena, renomeando novamente o HEM, como Curso Normal.

A Constituição de 1988, também contribuiu para que os cursos do HEM, também fossem mantidos, graças a descentralização do ensino, que permitia que cada Estado tomasse suas próprias decisões quanto a formação e diplomas que deve exigir para seus docentes, constituindo um ganho para a população.

Após essa breve explanação de como tratamos a formação docente no nosso país, cabe agora entender que o professor precisa preencher alguns requisitos básicos para que possa atuar e mudar significativamente a vida dos seus alunos, preparando-os e desenvolvendo habilidades e competências que o capacitem no futuro, para o mercado de trabalho e dessa forma consigam participar da vida em sociedade com autonomia e conhecimentos para exercerem a sua cidadania em plenitude de direitos.

Portanto, ser capaz de tomar decisões pessoais e individuais, usar seus conhecimentos e suas vivências para desenvolver atividades pedagógicas contextuais que auxiliem seus alunos a chegar a esses objetivos, compreendendo as diferenças, estimulando a autoconfiança, que para que os alunos possam vislumbrar novas perspectivas, são alguns dos requisitos e sobretudo compromisso que o educador deve ter para melhorar a qualidade do ensino e também tornar o processo avaliativo mais reflexivo do que quantitativo, entendendo que o percurso e os avanços que cada aluno faz no processo de construção do conhecimento é relevante para sua formação global.

O ensino não pode ser visto como uma mera e mecânica transmissão linear de conteúdos curriculares fechados e prontos do docente para o educando, mas um processo de construção de significados fundados nos conceitos históricos em que se ensina e se aprende e, conseqüentemente, se avalia. (ESTEBAN, SILVA e HOFFMANN, p. 12)

Nesse contexto a avaliação deve ser utilizada pelo professor como acompanhamento das conquistas, dificuldades e possibilidades dos alunos ao longo do processo ensino-aprendizagem. Como o educador e a própria escola enxerga e compreende a avaliação é de extrema relevância para que o educando consiga construir uma representação positiva de si mesmo.

CONCLUSÃO

A avaliação também é um importante suporte para que o professor estabeleça novos

objetivos, conteúdos, atividades e faça intervenções didáticas diferenciadas mediante os resultados obtidos, buscando dessa forma entender como o educando tem processado as informações para então construir seu próprio conhecimento, levando-o a desenvolver suas capacidades socioculturais e cognitivas no maior grau possível.

Paulo Freire (2000) já dizia que não existe à docência sem discentes, sendo assim não há possibilidade de aprendizagem se o aluno não consegue fazer as correspondências com o que está sendo ensinado, tornando as aprendizagens significativas. Portanto é dever da escola propiciar diferentes meios didáticos e pedagógicos para que essas aprendizagens ocorram, da mesma forma deve capacitar seus professores para esse novo diálogo que permeia sua prática nas salas de aula e que irá conduzi-los a uma relação lógica entre os diversos instrumentos utilizados na avaliação na tentativa também de superar a sua prática de forma fragmentada e finalística, para uma perspectiva integrada, coesa e coerente para o processo de construção dos saberes.

O saber humano é pleno e está intrinsecamente relacionado ao processo de libertação e desenvolvimento da criança. Por isso, a avaliação do professor deve estar centrada em todos os aspectos físico, moral, social e intelectual dos seus alunos, enfatizando a premissa que o homem se faz por meio da sua ação, que essa troca que move o processo de aprendizagem é essencial para produzir novos homens que concomitantemente constrói a si mesmo. Assim sendo, é preciso que:

A avaliação não seja vista como ponto de chegada, mas como ponto de partida para a construção de novas relações e redes de significados. Essa concepção pressupõe um processo dinâmico de aprendizagem sempre em construção, o que nega a fragmentação do ato de aprender e da avaliação. (LUIS, 2000, p. 36 apud SILVA, HOFFMANN, ESTEBAN, p. 42)

Nesse sentido é primordial valorizar a relevância do professor no espaço pedagógico, levando em conta o seu papel questionador e investigativo, nos diferentes momentos que constituem o ato de ensinar, de aprender a ensinar e aprender a aprender, norteadas pela certeza e compreensão da necessidade humana em conhecer/compreender, pela generosidade de perceber as riquezas que o seu aluno já traz consigo ao ingressar na escola e por fim, coragem para recomeçar sempre e quantas vezes forem necessárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPPELETTI, Isabel Franchi (org.). **Avaliação da Aprendizagem**: Discussão de Caminhos, Editora Articulação Universidade/Escola Ltda., São Paulo, 1 ed., 2007, 116p.

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. **Concepções sobre a Avaliação Escolar**. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 19, n. 39, p.49-64. jan./abr. 2008.

GAMA, Zacharias Jaegger. **Avaliação Formativa**: ensaio de uma arqueologia. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n.29, p. 49-66, jan./jun. 2004.

HADJI, Charles. Avaliação Desmistificada. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2006.

PINTO, Rosângela de Oliveira, ROCHA, Maria Silva Pinto de Moura Librandi. **Avaliação Formativa**: reflexões sobre o conceito no período de 1999 a 2009. Estudos em Avaliação Educacional, v. 22, n. 50, p. 553-576, set./dez. 2011.

SILVA, Jansen Felipe, HOFFMANN, Jussara, ESTEBAN, Maria Teresa. **Práticas Avaliativas e aprendizagens significativas**: em diferentes áreas do currículo, Editora Mediação, Porto Alegre, 10 ed., 2013, 126p.